



GT – 11: Grandes projetos urbanos, financeirização, estado e planejamento corporativo

O LEGADO DOS MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS RACISTAS

Gabriel da Rocha Infran Viana
Graduando em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gabriel.geo.viana7@gmail.com

Renata de Oliveira Queiroz
Graduanda em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro
re.oli.quei@gmail.com

Mateus Borges Moore
Graduando em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro
mateusmoore89@gmail.com

RESUMO: Durante o período dos megaeventos, entre 2007 e 2016, foram impostas uma série de medidas que comprovam o pensamento pós-colonial presente no cotidiano carioca, tais como a reprodução de um imaginário cordial da cidade do Rio de Janeiro, além de processos de gentrificação e de controle de massas. Esses processos revelam a fabricação de corpos pretos subalternizados que, comumente, são alvos de políticas públicas que fomentam a construção de uma urbe historicamente racista. A esse respeito, o presente artigo busca analisar a implementação de medidas e estratégias midiáticas que permearam a cidade, no período destacado, a partir de uma perspectiva crítica. O texto aponta a compreensão do arquétipo racializado da ordem geográfica da cidade do Rio, que evidencia o planejamento de espaços segregadores, o qual se faz presente desde o projeto genocida da colonização.

Palavras-chave: *city-marketing*, espaço urbano, Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

1. INTRODUÇÃO

O Brasil vive um período de intensos conflitos raciais (Oliveira, 2017). Admitindo que tais circunstâncias étnicas pertencem a uma edificação histórico-social sinuosa e longínqua, faz-se necessário especificar uma temporalidade que contemple o objetivo deste artigo, o qual é desenvolvido a fim de elucidar as consequências diretas, para a sociedade carioca, da vinda de megaeventos desde 2007 até meados de 2016, abrangendo, principalmente, os Jogos Pan-Americanos, a Jornada Mundial da Juventude, bem como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos - sendo este último decisivo para consolidar uma mudança estrutural da ordem urbana na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é preciso explorar as circunstâncias que permeiam dois pontos importantes para o decorrer deste trabalho: 1) a reprodução de uma mentalidade social, pós-colonial, corroborada a partir da manutenção de uma estrutura de poder político aristocrático, branco e patriarcal no Brasil; 2) a construção, a modelagem e a gestão do espaço geográfico carioca a partir de uma lógica segregadora e punitivista em relação aos corpos pretos - sobretudo, neste artigo, de 2007 à 2016, como já enunciado.

O presente artigo, portanto, busca analisar a implementação e repercussão dessas medidas racistas no espaço metropolitano da cidade a partir de um pensamento crítico. Para isso, buscando-se fundamentação teórica, arquitetou-se diálogo com o artigo do geógrafo Denilson Araújo de Oliveira, “Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro”, em que Oliveira, bem como os autores deste artigo, reflete sobre a inscrição espacial do imaginário colonial biopolítico racista nas políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Este propósito se alinha sob a perspectiva ilusória (e macabra) da fabricação de corpos pretos e da produção de *city-marketing* do espaço urbano carioca - branco e, portanto, atrativo -, além de mecanismos de controle de massas, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a violência policial simbólica, inseridos no contexto dos megaeventos e seus legados à populações periféricas.

Vale destacar que este trabalho foi idealizado, inicialmente, com a finalidade de integrar o processo avaliativo do período 2024.1 da disciplina Geografia Cultural, disciplina obrigatória do currículo acadêmico do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

2. RIO: A PRODUÇÃO DE UMA IMAGEM DE UMA CIDADE CORDIAL

Há uma evidente contradição no espaço urbano carioca, o qual é marcado pela tentativa de proporcionar à classe dominante uma sensação de cordialidade, nitidamente advinda de uma perspectiva europeia clássica, barroca e branca. A contradição está, justamente, na emergência urbana da cidade do Rio de Janeiro, que fora produzida por uma ancestralidade preta, juntamente às suas vivências, que já não se fazem mais presentes na paisagem pela perspectiva do opressor, ou seja, é a produção (preta) do espaço urbano (branco).

As diversas tentativas de apagamento de narrativas periféricas, memorícidos, assim como a própria ressignificação espacial urbana, que contemplam a cidade do Rio de Janeiro, revelam influências de políticas públicas que visam não só inverter valores históricos, glorificando brutalidades, mas, também, produzir uma imagem de uma cidade (supostamente) civilizada aos moldes ocidentais europeus. Se adotarmos um recorte histórico, com intuito de justificar um raciocínio, desde a Reforma Pereira Passos (1902-1906), é imposto uma condição segregacionista e, aparentemente, *sine qua non*, para o desenvolvimento (biopolítico) pleno da cidade do Rio, o qual privilegia classes dominantes transmitidas pelas “zonas do ser” - essas zonas não são homogêneas e nem “[...] *un lugar geográfico específico sino una posicionalidad en relaciones raciales de poder*” em múltiplas escalas (Grosfoguel, 2012) - em detrimento daqueles que devem sofrer a contínua tentativa de extermínio étnico nas “zonas do não ser”, em que vive-se à opressão racial em lugar de privilégios raciais (Oliveira, 2017).

“Seguindo o script do “mundo compartimentado, mundo maniqueu” (FANON, 1965, p.41), o ser que é reconhecido nega o reconhecimento ao outro. Este, por sua vez, passa a habitar “uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (FANON, 2008, p.26). O ser é branco; o não-ser é negro, é o indígena e todo aquele em que a chaga da desumanização o alcançou.” (Pessoa, 2022, p. 110)

Desse modo, observa-se uma sociedade construída de enclaves territoriais, capaz de fabricar o medo urbano como proteção e expressão do racismo (Oliveira, 2014) - e, quando não atrelado ao medo, pensado como uma figura simbólica exótica, condicionado pela

pergunta: “Será que ele é humano como eu?”. Ou seja, a todo momento o negro é produzido e considerado morto socialmente. A partir desse viés lógico,

“Não falamos do ser humano negro, mas sim da condição imposta sobre ele, ou seja, da construção concreta daquela como um espaço de personificação da marginalização e desumanidade. Da concatenação entre as categorias negro e raça para a construção de sujeitos-mercadoria e, posteriormente, cidadãos de segunda ordem.” (Pessoa, 2022, p. 108)

Consegue-se, ainda, ampliar a análise ao próprio sistema capitalista que, no Brasil, depende, assim como suas classes dominantes, da contínua exploração de sujeitos raciais e sua histórica característica de subordinação, seguida de uma hierarquização das posições sociais evidentemente mais baixas no grosso da população - ainda que determinados corpos pretos e indígenas possam servir como símbolos de representatividade, sendo valorizados individualmente a partir de mecanismos antirracistas e mercadológicos, graças à lógica da produtização capitalista. À vista disso, o controle desses corpos periféricos, caracterizado pela política de combate à criminalidade e às drogas, juntamente ao encarceramento em massa, são fatores inegáveis da dinâmica de funcionamento do racismo e da fábrica de sujeitos raciais dentro da cidade do Rio de Janeiro (Pessoa, 2022).

Para além desse construto social impregnado na comunidade fluminense e da contínua remodelação do espaço com viés racista, é conveniente explorar o discurso midiático, que também é contemplado pelo Estado, sobre o Rio de Janeiro ser considerado a vitrine do Brasil (dentro de uma perspectiva sudestina), contribuindo, dessa forma, para atrair megaeventos, empresas multinacionais, empreendimentos e turistas dos mais diversos. A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, tem se transformado no principal laboratório brasileiro das políticas de *city-marketing* (Oliveira, 2017). Esse discurso é observado, a partir do momento em que há a promoção de uma cidade racialmente harmoniosa, como estratégia de marketing urbano, servindo como mecanismo gerador de lucro e dissimulador de conflitos sociais (Vainer, 2011). “A grande mídia buscará afirmar que o racismo não é algo da cultura brasileira, *Não somos racistas*, título do livro de Ali Kamel, diretor-geral do jornalismo e do esporte da Rede Globo de Televisão, que se coloca frontalmente às políticas afirmativas” (Oliveira, 2017, p. 78); ou seja, é a tentativa de despolitização da produção capitalista de uma urbe historicamente racializada.

“Em termos absolutos e relativos, segundo o professor Luiz Carlos Soares, a cidade do Rio de Janeiro, no período imperial, foi a metrópole com a maior população escrava da história, mesmo quando comparada com Roma no auge do Império. A afirmação foi feita durante a palestra "A cidade do Rio de Janeiro no século XIX: capital do Brasil e metrópole imperial", última do ciclo Rio, *Capital Imperial*, na Casa de Rui Barbosa, no dia 11 de julho.” (Silva, 2006)

A promoção de uma cidade sem racismo, acoberta a subalternização de etnias e a imposição da classe dominadora no contexto brasileiro, uma vez que é de fácil propagação a ideia de um povo cordial e democrático, haja visto que nunca houvera a institucionalização de espaços para corpos periféricos como é notório no contexto norte-americano, em que bairros da comunidade preta fazem parte da realidade urbana segregadora de algumas cidades como Nova York. Deste modo, as circunstâncias trazidas abrem precedentes para a revigoração do mito da democracia racial, o que além de possibilitar discursos sobre a formação da população brasileira, cristaliza na sociedade a falsa sensação de comunhão entre as raças, as quais, comumente, circundam por espaços congruentes na cidade do Rio de Janeiro. Esses ambientes citadinos passam a ser transformados, sobretudo pela mídia, em paisagens emblemáticas da democracia racial - ou “paisagens higienizadas” (Oliveira, 2017) - povoando o imaginário, não somente do cariocas, mas, também, desencadeando uma dissimulação de integração social para o exterior, muitas vezes usado como artefato político e ideológico. Contudo, essa perspectiva é rompida a partir do momento em que esses espetáculos mundiais começam de fato a serem realizados, sendo necessárias políticas públicas de contenção de massas, propriamente ditas, favorecendo espaços urgentemente gentrificados e racializados.

“A magnitude crescente de tais eventos tem como motor principal a poderosa aliança “mídia-esporte-negócios”, que articula a promoção global do evento a partir de milionários contratos televisivos e patrocínio de grandes marcas comerciais, interessadas na ampla visibilidade internacional proporcionada pelo espetáculo esportivo. Um poder crescente que leva cidades a lutar pela obtenção do direito de sediar tais eventos, tomados como incontestável alavanca para a dinamização da economia local e, sobretudo para redefinir a imagem da cidade no competitivo cenário mundial.” (Mascarenhas, 2014, p. 54)

É sob esta conjuntura que o planejamento estratégico das cidades se arquiteta. A fim de atrair eventos, investimentos, empresas e turismo, o planejamento estratégico é posto, segundo Vainer (2000, p. 2), como “o único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais”, de modo que a gestão da cidade cada vez mais se assemelha a uma gestão corporativa, buscando adaptar-se ao mundo dos negócios (Castro, 2013). E, para vender a cidade a um mercado global, as singularidades que

cada cidade apresenta podem e devem ser aproveitadas, uma vez que estas contribuem para distingui-la das demais na busca por investimentos em um cenário global (Arantes, 2000). As singularidades são essenciais para o *city-marketing*, pois ajudam a promover a imagem da cidade, a destacando no mercado global.

Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro é capaz de concentrar algumas singularidades que a tornam atrativa, como a dualidade das paisagens naturais e urbanas, as praias, a mistura de raças, anteriormente mencionada, além dos espetáculos populares como o carnaval e o futebol (Oliveira, 2017). Estes exemplos correspondem a alguns dos espaços-vitrines cariocas, frequentemente usados como *marketing*, em que um simulacro de igualdade social e racial é consolidado.

A produção dessa imagem depende fortemente da ação midiática, sendo esta a responsável por fomentar a opinião pública ao produzir e disseminar concepções sobre a cidade. Uma dessas concepções seria que os cidadãos vivem bem e podem transitar de modo igualitário por todos os espaços da cidade, reforçando a ideia da existência de uma democracia racial, como discutido outrora. Nesse sentido, Simas (2019) desenvolve que o samba - um dos aspectos culturais do Rio de Janeiro frequentemente usado como uma estratégia de *marketing* - muitas vezes é incumbido em retratar um Brasil alegre, cordial e festivo. Isso ocorre justamente por que o gênero musical constantemente sofre com diversas tentativas de ser reduzido “ao terreno imaginário onde mora a alegria brasileira do carnaval” (Simas, 2019, não paginado).

Concomitantemente, Oliveira (2017), argumenta que os grandes meios de comunicação têm como papel apontar os grupos que ameaçam a ordem urbana, com a intenção de fundamentar um discurso que legitime a expulsão e a segregação desses grupos do espaço urbano. Esses grupos vistos como disruptores da ordem urbana podem ser exemplificados na população de rua, nos favelados, nos *funkeiros*, dentre outros. Invariavelmente, o critério utilizado para impulsionar o medo urbano é racial, dado que os grupos sociais supracitados são compostos majoritariamente por pessoas negras.

“Ademais, a reprodução do discurso do caos, da desordem e do medo urbano alimenta ações de limpeza étnico-racial no uso e na apropriação dos espaços com a criação de muros, condomínios fechados, grades, sistema de segurança ostensivo e intensivo através de câmeras de vigilância e sistemas eletrônicos para observar,

diferenciar e classificar os grupos potencialmente perigosos e estabelecer políticas de controle de realidades locais. O critério racial tem sido acionado para justificar ações segregadoras e de in-segurança.” (Oliveira, 2017, p. 83)

Desta maneira, o racismo nas políticas urbanas se materializa na criação de padrões raciais de circulação na cidade (Oliveira, 2017). A população negra vira vítima da ação do Estado que tenta conter sua circulação, seja de maneira física, com a implementação de barreiras de controle, ou de maneira simbólica, por meio dos processos de reificação. Os processos de reificação são métodos de invisibilizar os grupos marginalizados, fazendo com que estes passem a ser vistos como objetos que estão ocupando um lugar indevido e portanto devem ser retirados dali (Oliveira, 2017). Um exemplo disso, pensando no contexto dos megaeventos, é o caso da remoção da Vila Autódromo, comunidade situada ao lado do Parque Olímpico da Barra, que foi construído para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016.

Em contrapartida, ainda no contexto dos megaeventos, as visitas guiadas às favelas, com direito a jipes de safáris e binóculos, são mais uma forma de *city-marketing*. Frequentemente associado aos zoológicos humanos, o turismo na favela surge a partir da “pacificação” das comunidades, algo que discutiremos mais à frente. Oliveira (2017, p. 89), argumenta que o turismo nas favelas é “mais uma situação colonial reconstruída dos tempos do imperialismo, os exóticos africanos, agora os exóticos favelados”. Essas visitas guiadas indicam uma dicotomia em como o Estado e a iniciativa privada veem a população negra pois, ao mesmo tempo que a afasta dos espaços, a usa como empreendimento.

3. RACISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

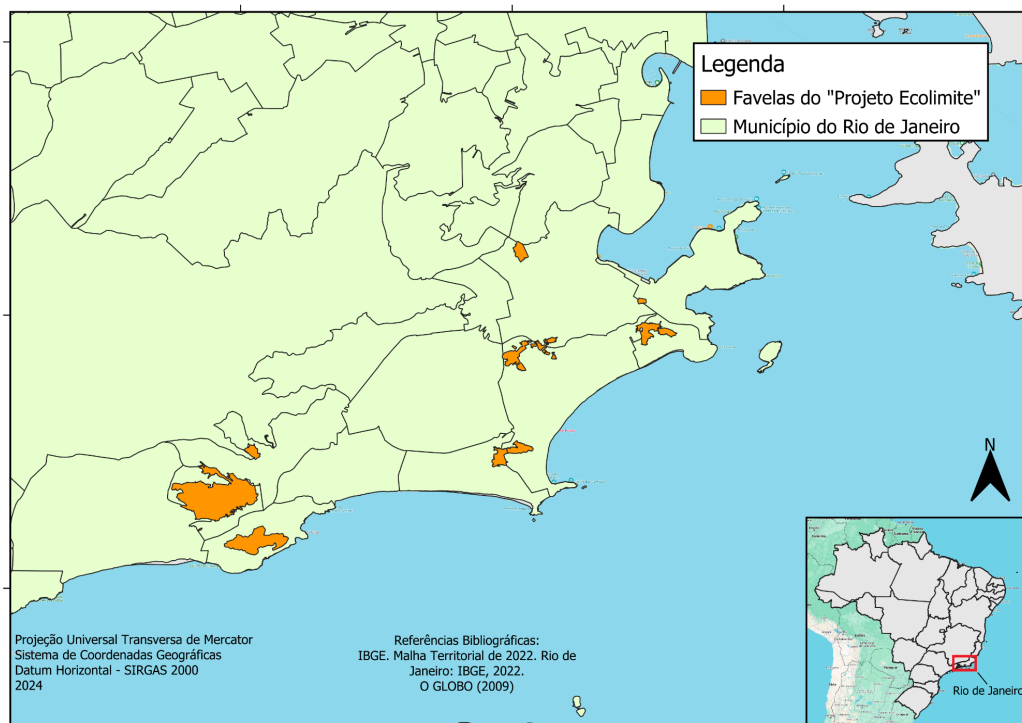
É notório, durante toda a formação do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, a comprovação da narrativa pós-colonial racista. Em um primeiro momento, isso é observado a partir da legitimação do discurso médico racista com as políticas eugenistas no começo do século XX, desse modo, foram atribuídos poderes políticos a essas entidades, reforçando as disparidades sociais estabelecidas desde a chegada dos colonos na cidade. Com isso, a gerência racial do Rio de Janeiro, num recorte atual, considera que a mecanização do espaço urbano junto à especulação imobiliária, cria um cenário ideal para a “revitalização” de pontos

estratégicos, principalmente, nessa narrativa da criação de um turismo internacional de alto padrão aquisitivo construída para a cidade ceder os mega eventos.

Nesse período, a construção dos ecolimites que, junto à implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, reforçou a construção do espaço racializado nas favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Esses grandes muros de 15km de comprimento e 3 metros de altura foram construídos em 2008 e 2009, estabelecendo uma narrativa preservacionista da mata atlântica adjacente. Esse discurso torna-se não somente problemático, como também equivocado uma vez que fortalece políticas racistas em um ambiente que exhibe as desigualdades sócio-raciais do município e não trabalha com a veracidade dos fatos.

A localização, portanto, das favelas que receberam esses limites condiz com as implementadas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Das 13 favelas incluídas na proposta, 11 estão situadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, local de elevado exibicionismo turístico. Contudo, não é possível citar que a maioria das UPPs está localizada nessa mesma região, principalmente, pela limitação de favelas no entorno. Sendo assim, com sua proposta idealizada para cumprir um papel estruturado de paz pensado para o turismo internacional de alto valor aquisitivo, destinado para essa mesma zona, houve a implementação do projeto em outras áreas da cidade, como na Zona Norte e Oeste.

O mapa abaixo (Figura I) apresenta a localização das favelas que foram incluídas no Projeto Ecolimites, sendo elas Santa Marta, Rocinha, Parque da Cidade, os morros dos Cabritos, Ladeira dos Tabajaras, Babilônia e Chapéu Mangueira, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, Vidigal e Benjamim Constant, todas situadas na Zona Sul da cidade. As informações para a elaboração do mapa foram obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo portal de notícias Portal G1/Globo.

Figura I - Favelas que receberiam os ecolimites

Fonte: Portal G1/Globo, 2009; Organização: Os autores, 2024.

Desse modo, a implementação de políticas racistas, estabelecidas mais uma vez no espaço metropolitano, foi validada com a narrativa de melhorias na infraestrutura da cidade no governo municipal de Eduardo Paes, com o apoio do poder estadual de Sérgio Cabral. Além dos limites físicos dos ecolimites, é possível observar a preocupação do poder público em, novamente, esconder as disparidades raciais socioeconômicas, estabelecidas pelas relações de poder de capitalistas raciais, a partir da construção de painéis de acrílico chamados de “barreiras acústicas”, escondendo as favelas que tangem a linha vermelha e linha amarela.

Não obstante, nos meses que antecederam o início da Rio 2016, as barreiras acústicas que atravessam o principal trajeto para o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro receberam adesivos que faziam alusão às Olimpíadas. Os adesivos colocados sob os painéis, antes transparentes, cobriram e segregaram ainda mais a favela, tampando-a dos olhos dos turistas e

atletas que chegariam ao Rio. Entretanto, o então secretário de turismo Antonio Pedro Figueira de Mello negou, na época, as alegações que a adesivagem dos painéis seria uma tentativa de esconder a favela, argumentando que a única intenção era embelezar a cidade para o evento (Portal G1, 2016).

Ambas as propostas desconsideram a população envolvida nesse meio físico, buscando apenas escondê-la e incentivar o pensamento internacional de que o racismo não é válido na espacialidade carioca, uma vez que há a mútua circulação inter-racial em determinados espaços da cidade, mas com a consciência pré estabelecida de que corpos marginalizados devem exercer funções colocadas desde o período colonial.

Segundo Oliveira (2014), em Geografia e giro decolonial, a construção dos ecolimites foi fundamentada a partir da liberação do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, implicando essa justificativa de desmatamento da vegetação local que não condiz com a realidade. Com base nos dados do Instituto Pereira Passos, a maior parte das construções irregulares nas encostas que avançam na Mata Atlântica são das camadas sociais mais abastadas, não das favelas (Oliveira, p. 26). Um nítido exemplo desse dado pode ser observado na construção do espaço de bairros nobres nas encostas da cidade, como no Joá e em São Conrado.

Portanto, o conceito de racismo ambiental, nesse caso, vai além da lógica de poluição fabril, prejudicial às populações que habitam ao entorno, e contempla como as políticas governamentais persistem construindo um espaço racialmente segregado.

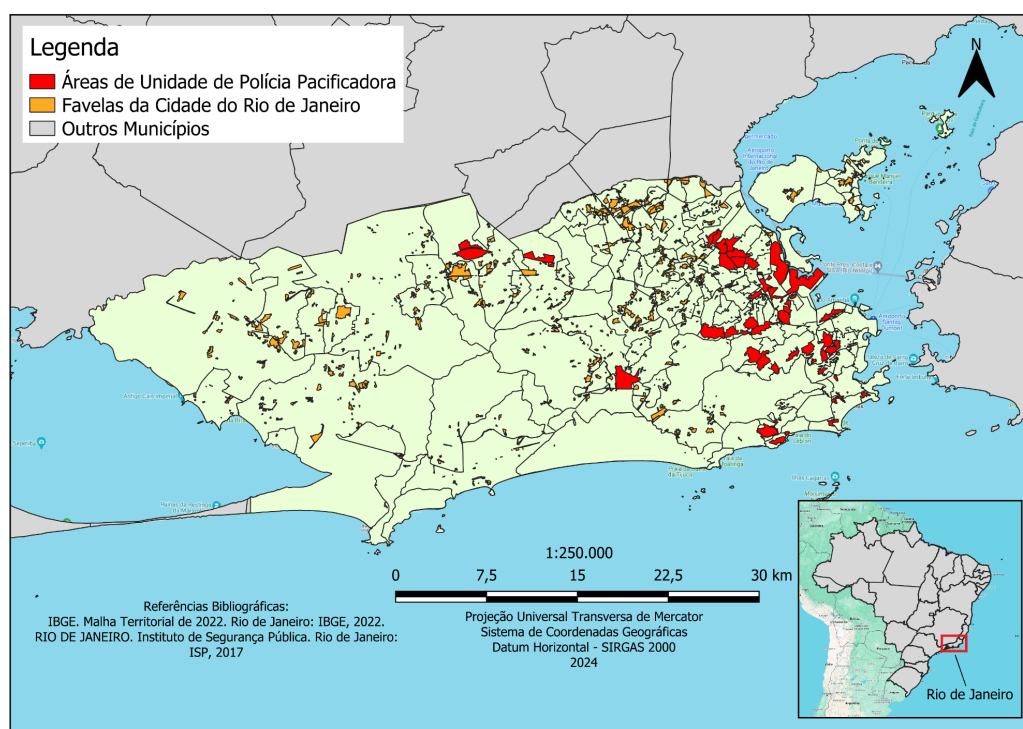
4. UNIDADES DE POLÍCIA “PACIFICADORA”

As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) foram inauguradas durante o primeiro mandato do ex-governador Sérgio Cabral, como um projeto que tinha o objetivo de enfraquecer o tráfico de drogas nas comunidades, impondo uma maior presença das forças auxiliares nas localidades dominadas pelas organizações criminosas. A UPP precursora situa-se na comunidade Dona Marta, favela localizada ao lado de bairros de alto padrão como Botafogo e Flamengo, na zona sul do Rio de Janeiro, sendo utilizada como teste antes de passar o projeto adiante e ser instalada em outras localidades.

A escolha das regiões onde UPPs foram inauguradas é bastante particular, afinal, como apontam Cano *et al* (2012), existe uma prevalência de UPPs na Zona Sul, no Centro da cidade e nas imediações do bairro Tijuca, onde está situado o Estádio Maracanã, palco de diversos eventos esportivos e de entretenimento. Essas áreas se tornaram centrais durante os megaeventos, uma vez que concentram os grandes pontos turísticos mais visitados da cidade, além de contar com bairros de classe média-alta, gerando um intenso fluxo de pessoas e de capital.

O mapa (Figura II) a seguir destaca em vermelho os limites das trinta e sete Unidades de Polícia Pacificadora ativas em 2017, um ano após os Jogos Olímpicos. Este mapeamento utilizou dados coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) e pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

Figura II - Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na Cidade do Rio de Janeiro em 2017.



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), 2017; Organização: Os autores, 2024.

Porém, antes de explorar propriamente as Unidades de Polícia Pacificadora, deve-se refletir sobre o termo utilizado no projeto de segurança pública, a motivação e a justificativa daqueles que escolheram o respectivo termo. Quando há o questionamento ao público geral - senso comum - sobre o significado da palavra “pacificação”, observa-se que a maioria das respostas envolve o conceito simples de “trazer a paz”. Contudo, quando são procuradas respostas complexas e fundamentadas, é possível observar uma conexão ao período das invasões às terras indígenas. Oliveira em seu texto, explica o raciocínio.

“Marcada por um imaginário colonial, a pacificação historicamente refletiu somente o ponto de vista dos colonizadores, ou seja, uma categoria estrangeira, as favelas. Ela nada apontou e aponta como ocorreu a recepção e utilização de tal ordenamento pelos autóctones. Logo, ela busca demarcar momentos cruciais e distintos da história de um segmento da sociedade, ou seja, um marco zero com a ideia de “pré” pacificação e “pós” pacificação para o olhar “dos de fora” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014; MALDONADO-TORRES, 2008). Colonizar tinha como meta pacificar os colonizados. Pacificar era sinônimo de evangelização/civilizar. Logo, no período do colonialismo brasileiro pacificar significava impor um modo de dominação marcado indiretamente com a ideia de exclusão e tutela.” (Oliveira, 2017, p. 103).

Tendo em vista essa contextualização sobre o termo “pacificador”, é necessário que se façam os seguintes questionamentos: 1) Pacificar o que?; 2) Pacificar quem?; 3) Pacificar para quem? Uma maneira de materializar e disseminar essa análise e induzir as pessoas para que reflitam sobre o conceito, destaca-se a música “Minha Alma” da banda O Rappa, na qual Marcelo Yuka traz, de forma precisa, o verso: “A minha alma 'tá armada e apontada para a cara do sossego. Pois paz sem voz, paz sem voz. Não é paz é medo” (Yuka, 1999); revelando, assim, um aspecto de terror às populações periféricas segregadas por uma ótica biopolítica.

Apresentada a reflexão sobre o porquê da escolha de certas palavras para nomear o projeto, deve-se compreender de qual maneira tal política de segurança pública se fez presente na realidade das pessoas que conviveram e convivem ao lado dessas instalações. Em primeiro lugar, deve se destacar o bem-estar da população, pois em teoria, o projeto das UPPs, assim como todas as demais políticas públicas deveriam atender e beneficiar os cidadãos, independente de classe, cor ou etnia. Todavia, é notório que isso não é uma realidade e que não só a cidade do Rio de Janeiro, mas, o estado do Rio de Janeiro são lugares constantemente relacionados à corrupção e violência - especificamente violência policial.

A violência policial é um problema indissociável dos sistemas de segurança pública que existe em grande parte dos países do mundo. Porém, a impunidade e uma verdadeira finalidade de opressão e extermínio, não é visto em tantos lugares assim, como é notório no Rio de Janeiro. Considerando o modelo militar utilizado nas polícias do Brasil, nas quais a hierarquia e disciplina formam os pilares inegociáveis das instituições. Fato que contribui muitas vezes com o aumento de práticas incorretas, pois, a partir do momento que um oficial superior, que possui grande poder de influência e tomada de decisões, se caracteriza como um verdadeiro corrupto, ele consegue não só influenciar seus pares e subordinados, mas, também, forçar que determinados grupamentos cumpram ordens sem qualquer tipo de justificativa ou ponderação.

Contudo, é sempre muito importante lembrar que apesar da aparente robotização do policial e da influência do meio em que ele está inserido, ele também é um ser pensante e que tem raciocínios críticos e próprios, mesmo que, na maioria das vezes, não externe essas ideias - ou externe apenas na ponta do fuzil. É importante pontuar essa questão, uma vez que, a partir dessa reflexão, é possível entender como o próprio policial enxerga os criminosos e a população que convive com esses criminosos. Oliveira faz uma breve passagem em seu texto sobre essa questão.

“Os executores da política de segurança e os policiais em geral imaginam os morros usualmente como “o espaço do inimigo”. Os habitantes das favelas, à diferença dos demais cidadãos, são vistos como colaboradores em relação ao seu próprio mal, portadores de uma permissividade ou insuficiência moral que não os distingue suficientemente do crime organizado.” (Oliveira, 2017, p. 104).

Portanto, é de extrema relevância destacar a quão problemática foi a convivência em certos momentos entre policiais e moradores de comunidades. Algo que gerou atritos, homicídios e até torturas, como no caso Amarildo em 2013. Diante do exposto, é possível chegar à conclusão de que algo que na teoria serviria para trazer mais proteção, passou a ser algo que trouxesse repressão e medo, o que por regra deveria ser esperado por parte dos traficantes e criminosos de acordo à visão de “bom” e “mau” propagada pela mídia e pelo estado.

Outro problema motivado pela presença das UPPs, que passou a ser uma realidade, é a especulação imobiliária em áreas “pacificadas”. Investidores passaram a se interessar em imóveis localizados nas comunidades, particularmente na zona sul, em que a romantização e a

turistificação de comunidades, promovida principalmente por filmes, novelas e documentários, geram um grande interesse e procura, principalmente de turistas estrangeiros, por passeios e acomodações em determinadas comunidades, como Rocinha, Vidigal, Cantagalo-pavão-pavãozinho, entre outras. A especulação imobiliária afetou os moradores de modo em que houveram casos de expropriação e espoliação em comunidades devido à aquisição de terrenos. Práticas, estas, que, apesar de tão semelhantes às utilizadas pelo tráfico, sendo condenadas pelo estado e pela sociedade em geral, foram utilizadas por pessoas que dizem ter adquirido as terras de forma legal. Isso está relacionado diretamente com a falta de documentação e registro de muitas casas situadas em comunidades, algo que é sistematicamente pensado pelo estado como forma de apagamento e extermínio da população periférica.

Um exemplo prático desse fenômeno são os hotéis de alto custo, que visam um público de maior poder aquisitivo e até os passeios feitos por agências turísticas em comunidades que foram citadas anteriormente, fato que vai ao encontro com a ideia de “espaço exótico” a ser explorado por turistas.

Após longa discussão sobre o que foi apresentado até então, comprova-se o quão fracassado foi o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Pode-se dizer que as UPPs são mais um dentre outros diversos projetos relacionados aos megaeventos e tentativas de angariar votos para aqueles que se diziam idealizadores e feitores do projeto. A partir do modo em que o Estado procura se fazer presente nas comunidades, através somente do direito à “Segurança”, deixando os outros direitos previstos na Constituição brasileira de lado, é possível enxergar os demais fatores problemáticos que explicam o motivo do projeto não obter êxito na falsa missão de “trazer a paz” aos moradores, porém, com êxito no real objetivo daqueles que usaram do projeto como um planejamento “para inglês ver”, oferecendo uma maior sensação de segurança para turistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi apresentar e explorar uma discussão acerca da produção do imaginário colonial que permeia a cidade do Rio de Janeiro, desde seus processos fundadores, passando pela manutenção de uma mentalidade aristocrática cercada de condições

privilegiadas, bem como abordar a modelagem e ressignificação do espaço urbano carioca, em xeque da conjuntura dos megaeventos que ocorreram na cidade. Toda essa trama favoreceu a iminência das políticas de *city-marketing* orquestrado pela mídia, o qual se faz presente na construção demagoga de uma cidade “civilizada”, “atestando um processo de construção da identidade nacional pelo consenso apaziguador da mestiçagem cordial” (Simas, 2019, não paginado).

Ademais, uma forma de classificar a postura do Estado do Rio de Janeiro diante dos problemas que envolvem a segurança pública, saúde, educação e outros direitos previstos na constituição, é denominá-lo como um especialista em “soluções placebo”. Isto, pois, nunca preveniu e nem remediou os problemas apropriadamente, promovendo apenas “soluções” que, a longo prazo, não passaram de propaganda eleitoral e políticas teatrais, com a população tendo o desprazeroso papel de protagonista. As políticas promulgadas pelo Estado foram ainda responsáveis por gerar mais poder e dinheiro para governantes e empresários envolvidos em esquemas de corrupção, mantendo uma estrutura de poder enraizada no cerne da sociedade brasileira, especialmente a carioca.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETIM, Felipe. **Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio**. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 jun. 2024.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. 232 p.

CASTRO, Demian Garcia. **Governança urbana empreendedorista e megaeventos esportivos**. *Geo Uerj*, v. 1, n. 24, p. 37-60, 2013. ho de 2024.

GOVERNO do Rio começa a fazer muros para cercar favelas. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 28 de mar. de 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1062694-5606,00-GOVERNO+DO+RIO+COME+CA+A+FAZER+MUROS+PARA+CERCAR+FAVELAS.html>>. Acesso em: 02/08/2024

FERREIRA, Alessandro. Muro que separa Linha Vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada. **Portal G1**, Rio de Janeiro. 12 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-que-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 01/08/2-24.

IBGE. Malha Territorial de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MASCARENHAS, G. **Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos**. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

OLIVEIRA, Denilson (2017). **Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro**. In: CRUZ, Valter do Carmo.

OLIVEIRA, Denilson (orgs). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital. p. 77-116.

PESSOA, Guilherme. **A construção do negro enquanto um não-ser na Modernidade: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 2, p. 107-130, 2022.

RIANELLI, Erick; LEITÃO, Leslie. Moradores de comunidade na Zona Norte do Rio são expulsos de suas casas por traficantes. **Portal G1**, Rio de Janeiro. 12 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/12/moradores-de-comunidade-na-zona-norte-do-rio-sao-expulsos-de-suas-casas-por-trafficantes.ghtml>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro: ISP, 2017.

SILVA, L. S. Q. Rio foi maior cidade escravista da história. **Revista Educação Pública**, 2006. Disponível em:

<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/29/rio-foi-maior-cidade-escravista-da-historia#:~:text=O%20Rio%20de%20Janeiro%20tamb%C3%A9m,de%20entrada%20de%2050%25%20deles>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 176 p.

VAINER, Carlos et al. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. v. 3, p. 75-103, 2000.

YUKA, Marcelo. Minha Alma. In: Rappa, O. *Lado B, Lado A.* Rio de Janeiro: Warner Music, 1999. 1 CD, faixa 1.